

## ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

### Justificativa

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta uma composição étnica, racial e cultural diversa. Dado o objetivo do Primeira Infância Melhor (PIM) de apoiar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, na promoção do desenvolvimento integral das crianças, desde a gestação até os seis anos de idade, se faz essencial o conhecimento, o respeito e a valorização das diferentes culturas, rompendo com perspectivas reducionistas, colonialistas e homogeneizadoras e possibilitando assim intervenções mais equânimes e centradas nas especificidades de cada contexto.

Neste sentido, o presente documento visa aperfeiçoar o atendimento do PIM destinado às famílias de povos e comunidades tradicionais, instrumentalizando as equipes municipais para uma abordagem sensível às suas particularidades. Tem como prioridade o alinhamento do trabalho desenvolvido nos territórios, especialmente nas comunidades indígenas<sup>1</sup> e quilombolas<sup>2</sup>. Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007), entende-se por povos e Comunidades Tradicionais grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Além da preocupação com o desenvolvimento de práticas de cuidados que respeitem as peculiaridades etnoculturais dessas comunidades, o PIM tem como desafio contribuir para a superação das vulnerabilidades às quais estas populações estão expostas de forma desigual e mais intensa. Nas últimas décadas, o Brasil apresentou melhoria em indicadores relacionados à fome, à mortalidade infantil e ao acesso a saneamento básico, por exemplo. Contudo, estas populações não acompanharam esses avanços e encontram dificuldades em acessar as políticas sociais (Portal Saúde, 2016), especialmente aquelas que residem em áreas de difícil acesso, o que vem demandando um grande esforço do PIM e uma forte articulação com as demais políticas de Saúde, Educação e Assistência Social; sensibilização dos gestores e profissionais da rede de serviços e uma aproximação constante com as lideranças comunitárias (Verch, 2017). Visando a equidade, os municípios devem, portanto, priorizar o atendimento do PIM a estas comunidades.

<sup>1</sup> No Rio Grande do Sul existem, aproximadamente, 23 mil indígenas em aldeias e acampamentos predominantemente dos povos Guaranis, Kaingang e Charruas (SIASI - Sistema de Informação da Saúde Indígena).

<sup>2</sup> Grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

O acompanhamento às famílias de comunidades tradicionais demanda a integração com as demais políticas que atuam nos referidos territórios. No caso das comunidades indígenas, é fundamental a integração com as equipes multidisciplinares de saúde indígena (EMSI). Essas equipes compõem o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI) gerido pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI, vinculado diretamente ao Ministério da Saúde, e fazem o acompanhamento de saúde das famílias em aldeias e acampamentos. No caso das comunidades quilombolas, a integração na saúde se dará a partir da Estratégia Saúde da Família de referência. Assim como as outras instituições que atuam em comunidades tradicionais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo (Emater), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural Palmares e Centros de referência de Assistência Social (CRAS).

### **Objetivos do PIM em comunidades tradicionais:**

- Reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade socioambiental e cultural das comunidades tradicionais, levando-se em conta os recortes de etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade, de modo a não desrespeitar e negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;
- Contribuir para a superação de fatores vulnerabilizantes que impactam mais intensamente na saúde destas populações e, por consequência, em seu desenvolvimento;
- Articular e integrar ações junto aos programas e rede de serviços existentes no território das comunidades;
- Contribuir para a formação e sensibilização da equipe sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;
- Contribuir para o combate de todas as formas de discriminação, incluindo a intolerância religiosa;
- Contribuir para a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica, incluindo as formas de cuidar e proteger às crianças pequenas e o brincar;
- Contribuir para o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à identidade e formas de organização das comunidades tradicionais;
- Integrar as ações realizadas com as comunidades tradicionais no Plano de Ação anual do PIM;

- Valorizar a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social nas comunidades tradicionais;
- Dar publicidade às ações do PIM e resultados alcançados;
- Contribuir com a melhoria de indicadores de saúde, educação e assistência social, em especial aqueles que impactam na mortalidade materno-infantil.

### **Metodologia:**

Este documento orienta o trabalho do PIM em comunidades tradicionais. Tem entre seus objetivos apoiar as equipes municipais na construção de relações de confiança com os comunitários, baseada em práticas de escuta, observação e valorização dos saberes tradicionais. Suas orientações direcionam a postura da equipe desde os primeiros contatos com a comunidade, portanto, a apropriação do conteúdo deste documento precisa ocorrer antes mesmo da aplicação da Caracterização das Famílias que serão acompanhadas.

### **Perfil de visitantes(as):**

É preconizado que, prioritariamente, os(as) visitantes(as) pertençam às referidas comunidades, residam nelas e falem a língua materna (em especial, nas comunidades indígenas).

### **Processo Seletivo**

Os processos seletivos devem priorizar a contratação de profissionais pertencentes a esses povos e comunidades tradicionais e oportunizar a escuta das comunidades no momento das contratações, alinhando o perfil às necessidades daquela comunidade e para desenvolvimento das atividades no PIM. Em experiências do SASI na contratação de profissionais indígenas, por exemplo, os profissionais são indicados pelas lideranças indígenas após discussão com a comunidade e também houveram experiências em lideranças indígenas integraram as bancas avaliadoras, junto a outros técnicos, de candidatos a processos seletivos podem assim expressar, candidatos indígenas e não indígenas. Proporcionar a participação ativa das lideranças nos processos seletivos amplia a aceitação do profissional dentro das comunidades. E sempre que for viável ao perfil requerido agregar aos chamamentos à experiência desejável de atuação em alguma comunidade tradicional. Por vezes é necessário realizar processo seletivo específico para estas situações, não sendo o mesmo que para visitantes(as) que atenderão em outras comunidades.

## **Formação inicial e formações continuadas:**

A formação inicial de visitantes realizada em municípios com comunidades indígenas e quilombolas deverá priorizar o enfoque nas questões trazidas por este documento, buscando desenvolver competências e habilidades para atuar de forma sensível às dinâmicas familiares e comunitárias em questão. São responsabilidade do Grupo Técnico Municipal, com apoio dos monitores/supervisores, identificar e articular com profissionais da rede que possam contribuir com as temáticas.

As formações continuadas também devem incluir temáticas voltadas à promoção da equidade, aspectos culturais de povos e comunidades tradicionais, abordagens das políticas específicas de cada população, entre outros, abrindo espaço para troca de experiências, relatos e estudos sobre as realidades acompanhadas. São oportunidades para implementar ajustes na metodologia de atendimento, assim como para ampliar conhecimentos teóricos sobre a diversidade cultural brasileira.

## **Cadastro da comunidade no Sis-PIM**

Ao cadastrar as comunidades no Sistema de Informação do PIM - SisPIM, a equipe deve atentar-se a identificá-la corretamente como comunidade indígena ou quilombola. Essa informação é de extrema importância para o monitoramento e mapeamentos realizados no sistema.

## **Na comunidade:**

Ao ingressar na comunidade, deve ser realizada a identificação e o diálogo com as lideranças sobre os objetivos do PIM e as possibilidades de implantação, de acordo com as realidades locais, a fim de sensibilizá-los sobre o Programa. Posteriormente, recomenda-se a realização de reuniões comunitárias com outros integrantes da comunidade, para a validação da proposta de atendimento, fazendo-se necessário:

- Explicitar, desde o primeiro contato, os objetivos do PIM, sua metodologia e possibilidade de adaptação de acordo com os interesses da comunidade;
- Pesquisar informações sobre a realidade social e cultural da comunidade, observando a relação desta com aspectos como água, saneamento, terra/território, entre outros;
- Ao encerrar o levantamento das informações, realizar devolutiva à comunidade dos dados coletados;
- Respeitar a decisão da comunidade indígena e quilombola quando optarem por não responder aos questionamentos, resguardando o sigilo de informações;

- Na comunidade indígena, sempre contatar o cacique e as lideranças da comunidade para acessar o território. O primeiro acesso, dentro do possível, deve ser feito com a presença da equipe multidisciplinar de saúde indígena (EMSI) ou com outras instituições que possuam vínculo com a comunidade;
- Na comunidade quilombola, sempre contatar a liderança da comunidade para acessar o território. O primeiro acesso deve ser feito, preferencialmente, com a presença do serviço que possua vínculo com a comunidade.

Como diretrizes, recomendamos mapear os seguintes aspectos:

- História da comunidade;
- Formas de organização coletiva;
- Principal fonte de renda das famílias;
- Atividades laborais desenvolvidas pelos moradores da comunidade;
- Há participação das crianças em atividades laborais? Quais?
- Desejos, crenças, religiosidades, valores e percepções culturais da comunidade;
- Rotinas, hierarquias sociais e familiares;
- Principais brincadeiras das crianças;
- O significado do brincar para a comunidade;
- Rede de Serviços de Saúde, Assistência Social e Educação que atendem a comunidade;
- Compreensão dos membros da comunidade tradicional em relação aos seus direitos/legislações vigentes;
- Compreensão de saúde para essa comunidade e as principais questões elencadas;
- Principais práticas de promoção e cuidado em saúde realizadas pela comunidade;
- Principais formas de transmissão dos conhecimentos;
- Espaços de convivência.

Nas famílias, o visitador deve observar/conhecer crenças, hábitos e cuidados em relação à/ao:

- Parentalidade;
- Gestaçã;o;
- Parto;
- Amamentação;
- Recém-nascido/bebê;
- Práticas de cuidado familiar e comunitário.

Realizar junto com as famílias, respeitando a cultura da família e comunidade:

- Atividades que fomentem o vínculo afetivo entre as crianças e seus familiares;
- Orientação sobre da importância do aleitamento materno;
- Orientação de forma que possibilite uma melhor compreensão das fases de desenvolvimento do bebê e da criança;
- Orientação para o estímulo das competências das crianças, respeitando seus hábitos, valores e símbolos culturais.

No atendimento às crianças, deve observar/conhecer aspectos em relação à/ao:

- Brincadeiras - espaços onde brinca, com quem brinca, como brinca;
- Papel/função social;
- Relação com a família;
- Educação/orientação/comunicação - como se dá a construção do saber pela criança.

No atendimento, o PIM deve buscar promover:

- Vivências que permitam às crianças compreenderem o significado de si mesmas, para que se percebam como sujeitos históricos, conscientes de suas potencialidades físicas, mentais, sociais e étnico/raciais;
- Estímulos, através de formas, cores, cheiros, sabores, movimentos e ruídos na descoberta de valores culturais, sociais e históricos;
- Atividades que propiciem abordagens de textos (em livros, revistas, jornais, etc), de imagens (figuras, fotos), de canções populares e letras de músicas que contemplem sua cultura;
- Atividades que valorizem suas raízes culturais;
- Relação da criança com a família/comunidade e da mesma forma da família/comunidade com a criança.

#### **Recomendações de leitura de apoio:**

[Plano Nacional pela Primeira Infância \(2020\).](#)

Política Estadual da Saúde Integral da População Negra do RS.

[Política Estadual de Promoção da Equidade em Saúde - PORTARIA SES Nº 512/2020](#)

[Estatuto da Igualdade Racial](#)- Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

[Estatuto Estadual da Igualdade Racial do Rio Grande do Sul](#)- Lei Estadual nº 13.694, de 19 de janeiro de 2011.

[Constituição da República Federativa do Brasil e Emendas.](#) Brasília: Senado Federal, 1988.

[Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.](#)

[Trabalho Social com famílias indígenas na Proteção Social Básica, 2017.](#)

[Política Nacional de Atenção Integral à População Negra, 2007.](#)

[Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - Portaria nº254, de 31 de janeiro de 2002.](#)

[Subsistema de Atenção à Saúde Indígena - Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999.](#)

Bruner, Jerome. A construção narrativa da realidade, 1991.

GEHLEN,IVALDO; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta. Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das Populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas;remanescentes de quilombos. Porto Alegre: Century, 2008.

MULLER, Cintia Beatriz; CHAGAS, Miriam de Fátima. Dinâmicas de Cidadania: abordagens etnográficas sobre a diversidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS,2010.

#### **Referências utilizadas para a construção deste material:**

[Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.](#)

[Nota 03, 2021. A presente nota técnica tem como objetivo orientar sobre aspectos do Programa Primeira Infância Melhor \(PIM\) tais como objetivo, público prioritário para atenção, eixos de atuação, atribuições das equipes técnicas e metodologia de atendimento às famílias.](#)

[Trabalho Social com famílias indígenas na Proteção Social Básica, 2017.](#)

[Lei 14.594 de 28 de agosto de 2014. Introduz modificações na Lei nº 12.544, de 3 de julho de 2006, que institui o Programa Primeira Infância Melhor.](#)